

LUSO PARTNERS
SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

Relatório de Gestão
e
Anexo às Demonstrações Financeiras

Exercício de 2011

Março / 2012

ÍNDICE

1. Órgãos Sociais
2. Relatório do Conselho de Administração
 - Actividade de Exploração e Resultados
 - Proposta de Aplicação de Resultados
 - Perspectivas para 2012
 - Agradecimentos
3. Órgãos Sociais e Participações Qualificadas
4. Demonstrações Financeiras Individuais
5. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais
6. Relatório e Parecer do Fiscal Único
7. Certificação Legal de Contas

1. ÓRGÃOS SOCIAIS

- MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Tomaz de Aquino Viegas de Abranches Lucas de Andrade
de Araújo Parreira Rocha
Secretário: Ana Isabel Almada e Melo de Sousa Refoios

- CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Manuel Jorge Roquette Ricciardi
Vogais: Luis Leitão Ricciardi
Jorge Miguel Rodrigues de Oliveira Neves
João Tomás Andrade Rocha de Horteiga
Jorge Leitão Ricciardi

- FISCAL ÚNICO

Efectivo: “Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados”
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas,
representada por
José Maria Sousa Rego Ribeiro da Cunha
Suplente: Mário Bettencourt de Oliveira

2. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas,

Submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2011:

1. Actividade de Exploração

1.1. Enquadramento

O ano de 2011 teve, mais uma vez, como tema central nos mercados financeiros a “Crise da Dívida Soberana” nos países periféricos da Zona Euro, desta vez com um enfoque especial para a intervenção do FMI, UE e BCE (Troika) em Portugal e a sempre muito atribulada situação Grega.

Novamente, países como a Grécia, Irlanda, Portugal, Espanha e Itália, foram o “epicentro” do evento, tendo este facto contagiado praticamente todos os mercados Europeus, o que se pode constatar através da performance do índice *Pan-Europeu Euro Stoxx 50*, o qual teve uma “performance” negativa de 17,05% durante o ano, o índice *MSCI World* com uma “performance” negativa de 7,62% em contraste com o *Dow Jones* que teve uma valorização de 5,53%, no mesmo período.

Na área de corretagem, os volumes intermediados sofreram um incremento de 38,43%, em grande parte gerado pela área de gestão de patrimónios, com a reactivação de um cliente institucional e com o aumento do peso das operações de Taxa Fixa (Obrigações), as quais historicamente tinham uma expressão residual na actividade da Luso Partners, mas no último ano, em virtude da subida abrupta das “*Yields*” (taxas de juro implícitas) e da volatilidade das Dívidas Soberanas e “*Corporate*” dos países periféricos da Zona Euro, aumentaram bastante.

Na área de gestão de patrimónios, os montantes sob gestão reduziram para cerca de Eur 16.000.000, em grande parte devido à conjuntura macro-económica, mantendo-se, no entanto, a parceria com uma Sociedade de Consultoria para Investimentos.

Na área de vendas de fundos, 2011 foi um ano de estagnação para a Luso Partners, em virtude de o investimento neste tipo de produto ter sido tendencialmente preterido relativamente à Taxa Fixa por parte dos investidores e o sector financeiro nacional, ter focado de modo bastante agressivo, toda a sua estratégia comercial e força de vendas na angariação de depósitos bancários em detrimento deste tipo de produtos.

1.2. Proveitos de Exploração

Durante o exercício de 2011, a Luso Partners registou um total de Eur: 920.084 de comissões brutas as quais, descontadas de um total de Eur:158.410 de comissões pagas aos intermediários financeiros que nos fornecem o acesso aos vários mercados de intermediação, se saldou num total de comissões líquidas de Eur:761.674, ou seja, uma margem de intermediação (comissões líquidas / comissões totais) de 83% contra 80% registados no ano anterior, melhorando assim a margem.

Verificou-se um acréscimo das comissões brutas de 18,69% face ao ano de 2010, em parte motivado pelo recebimento de comissões relativas à distribuição de fundos de investimento respeitantes a serviços efectuados em exercícios anteriores.

A repartição das comissões geradas por mercado foi a seguinte:

Unid: Euros

| | Europa | EUA |
|-----------------------|-------------|-------------|
| Volumes Intermediados | 167.911.146 | 309.948.838 |

Os valores intermediados no Mercado Norte-Americano registaram um volume de negócios superior ao Mercado Europeu, contrariando a tendência que se verificava há sete exercícios consecutivos. Este resultado está associado não só à performance dos próprios mercados em 2011, período no qual as principais Bolsas Europeias registaram um comportamento significativamente inferior ao das Bolsas Norte-Americanas, mas também, em parte, a um cliente institucional ter uma política de investimentos com um enfoque quase total no mercado Norte-Americano.

A Luso Partners - Sociedade Corretora, SA continua a canalizar as suas ordens para os mercados estrangeiros através das suas principais contrapartes, respectivamente, o *Deutsche Bank* (DB) e BES Investimento para os Mercados Europeus e a *LEK Securities* para os EUA.

1.3. Custos de Exploração

A estrutura de custos de exploração da LP Corretora foi a seguinte:

| Rubricas | 2011 | 2010 | Var (%) |
|------------------------|---------|---------|---------|
| Custos com Pessoal | 293.748 | 303.277 | -3,14 |
| Gastos Administrativos | 383.995 | 409.484 | -6,22 |
| Amortizações | 15.630 | 21.116 | -25,98 |
| Total | 693.373 | 733.877 | -5,52 |

2. Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe, nos termos e para os efeitos da alínea b) do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais que o Resultado Líquido apurado no exercício, correspondente a um lucro de Eur 25.847,86 seja repartido da seguinte forma:

| | |
|----------------------------------|-------------------------|
| (i) para reserva legal | 2.584,79 |
| (ii) para resultados transitados | <u>23.263,07</u> |
| | <u><u>25.847,86</u></u> |

3. Perspectivas para 2012

O ano de 2012 será sem dúvida alguma um ano difícil, não só para o sector financeiro, mas para as economias Europeias de uma forma geral, e a Portuguesa em particular em virtude do Programa de Ajustamento em curso.

A Luso Partners - Sociedade Corretora, SA continuará a monitorizar as oportunidades de negócio nos mercados onde opera, principalmente através do estabelecimento de parcerias comerciais com outras empresas de investimento e angariadores de negócio.

4. Agradecimentos

Uma palavra final de agradecimento aos nossos Clientes, cuja fidelidade esperamos poder continuar a merecer e, também, a todos os Colaboradores cujo empenho e dedicação nos é muito grato reconhecer.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 2012

O Conselho de Administração

Manuel Jorge Roquette Ricciardi (Presidente)

Luís Leitão Ricciardi

Jorge Miguel Rodrigues de Oliveira Neves

João Tomás de Andrade Rocha e Hortega

Jorge Leitão Ricciardi

3. ÓRGÃOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Lista de Administradores da Sociedade Titulares de Acções da Sociedade à data de 31 de Dezembro de 2011

Lista a que se refere o nº 5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais:

| <u>IDENTIFICAÇÃO</u> | <u>QUANTIDADE</u> | <u>PERCENTAGEM</u> |
|--|--------------------------|---------------------------|
| LUÍS LEITÃO RICCIARDI (Vogal do Conselho de Administração) | 78.500 | 39,25% |
| MANUEL JORGE ROQUETTE RICCIARDI (Presidente do Conselho de Administração) | 74.500 | 37,25% |
| JORGE MIGUEL DE OLIVEIRA NEVES (Vogal do Conselho de Administração) | 11.000 | 5,5% |
| JOÃO TOMÁS ANDRADE ROCHA DE HORTEGA (Vogal do Conselho de Administração) | 11.000 | 5,5% |

Lista de Accionistas da Sociedade Titulares de Acções Superiores a Um Décimo do Capital Social à data de 31 de Dezembro de 2011

Lista a que se refere o nº 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais:

| <u>IDENTIFICAÇÃO</u> | <u>QUANTIDADE</u> | <u>PERCENTAGEM</u> |
|---------------------------------|--------------------------|---------------------------|
| LUÍS LEITÃO RICCIARDI | 78.500 | 39,25% |
| MANUEL JORGE ROQUETTE RICCIARDI | 74.500 | 37,25% |

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

31 de Dezembro de 2011 e 2010

LUSO PARTNERS - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

Sede: Rua de São Julião, nº 30 - 1100-525 LISBOA

Capital Social - Eur 1.000.000,00

Balço em base individual (NCA)

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Nº de Contribuinte: 505 726 394

€

| Rubricas da Instrução 23/2004 (referências indicativas) | | Notas / Quadros anexos | Ano | | | Ano anterior |
|---|--|------------------------------|--|--|------------------|------------------|
| | | | Valor antes de provisões, imparidade e amortizações | Provisões, imparidade e amortizações | Valor líquido | |
| | | | 1 | 2 | 3 = 1 - 2 | |
| Activo | | | | | | |
| 10 + 3300 | Caixa e disponibilidades em bancos centrais | | 0 | | 0 | 0 |
| 11 + 3301 | Disponibilidades em outras instituições de crédito | 11 | 3.087.249 | | 3.087.249 | 2.576.158 |
| 152 (1) + 1548 (1) + 158 (1) + 16 + 191 (1) - 3713 (1) | Activos financeiros detidos para negociação | | 0 | | 0 | 0 |
| 152 (1) + 1548 (1) + 158 (1) + 17 + 191 (1) - 3713 (1) | Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados | | 0 | | 0 | 0 |
| 153 + 1548 (1) + 158 (1) + 18 + 192 + 34888 (1) - 35221 (1) - 3531 (1) - 53888 (1) - 3713 (1) | Activos financeiros disponíveis para venda | 12 | 10.664 | | 10.664 | 20.340 |
| 13 + 150 + 158 (1) + 159 (1) + 198 (1) + 3303 + 3310 (1) + 34018 (1) + 3408 (1) - 350 - 3520 - 5210 (1) - 35221 (1) - 3531 (1) - 5300 - 53028 (1) - 3710 | Aplicações em instituições de crédito | 13 | 135.089 | | 135.089 | 0 |
| 14 + 151 + 1540 + 158 (1) + 190 + 3304 + 3305 + 3310 (1) + 34008 + 340108 + 34880 - 3518 - 35211 - 35221 - 3531 - 370 - 3711 - 3712 - 5210 (1) - 53018 - 530208 - 53880 | Crédito a clientes | | 0 | | 0 | 0 |
| 156 + 158 (1) + 159 (1) + 22 + 3307 + 3310 (1) + 3402 - 355 - 3524 - 3713 (1) - 5210 (1) - 53028 (1) - 5303 | Investimentos detidos até à maturidade | | 0 | | 0 | 0 |
| 156 + 158 (1) + 159 (1) + 20 + 3306 + 3310 (1) + 3408 - 354 - 3523 - 3713 (1) - 5210 (1) - 5308 (1) | Activos com acordo de recompra | | 0 | | 0 | 0 |
| 21 | Derivados de cobertura | | 0 | | 0 | 0 |
| 25 - 3580 - 3713 (1) | Activos não correntes detidos para venda | | 0 | | 0 | 0 |
| 26 - 3581 (1) - 360 (1) | Propriedades de investimento | | 0 | | 0 | 0 |
| 27 - 3581 (1) - 360 (1) | Outros activos tangíveis | 14 | 294.703 | 278.018 | 16.685 | 38.235 |
| 29 - 3582 - 3583 - 361 | Activos intangíveis | 15 | 137.049 | 136.065 | 984 | 1.840 |
| 24 - 357 - 3713 (1) | Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos | | 0 | | 0 | 0 |
| 300 | Activos por impostos correntes | 16 | 9.021 | | 9.021 | 6.671 |
| 301 | Activos por impostos diferidos | | 0 | | 0 | 0 |
| 12 + 157 + 158 (1) + 159 (1) + 198 (1) + 31 + 32 + 3302 + 3308 + 3310 (1) + 338 + 3408 (1) + 348 (1) - 3584 - 3525 - 371 (1) + 50 (1) (2) - 5210 (1) - 5304 - 5308 (1) + 54 (1) (3) | Outros activos | 17 | 888.901 | | 888.901 | 910.415 |
| | Total de Activo | | 4.562.676 | 414.083 | 4.148.593 | 3.553.659 |

(1) Parte aplicável dos saldos destas rubricas.

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivo se tiver saldo credor.

(3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo.

LUSO PARTNERS - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

Sede: Rua de São Julião, n.º 30 - 1100-525 LISBOA

Capital Social - Eur 1.000.000,00

Balço em base individual (NCA)

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

N.º de Contribuinte: 505 726 394

€

| Rubricas da Instrução 23/2004 (referências indicativas) | Notas / Quadros anexos | Ano | | | Ano anterior |
|--|------------------------------|--|--|------------------|------------------|
| | | Valor antes de provisões, imparidade e amortizações | Provisões, imparidade e amortizações | Valor líquido | |
| | | 1 | 2 | 3 = 1 - 2 | |
| Passivo | | | | | |
| 38 - 3311 (1) - 3410 + 5200 + 5211 (1) + 5318 (1) | | 0 | | 0 | 0 |
| 43 (1) | | 0 | | 0 | 0 |
| 43 (1) | | 0 | | 0 | 0 |
| 39 - 3311 (1) - 3411 + 5201 + 5211 (1) + 5318 (1) | | 0 | | 0 | 0 |
| 40 + 41 - 3311 (1) - 3412 - 3413 + 5202 + 5203 + 5211 (1) + 5310 + 5311 | 18 | 5.970 | | 5.970 | 20.665 |
| 42 - 3311 (1) - 3414 + 5204 + 5211 (1) + 5312 | | 0 | | 0 | 0 |
| 46 - 3311 (1) - 3415 + 5205 + 5211 (1) + 5313 | | 0 | | 0 | 0 |
| 44 | | 0 | | 0 | 0 |
| 45 | | 0 | | 0 | 0 |
| 47 | 19 | 24 | | 24 | 15 |
| 490 | 20 | 5.967 | | 5.967 | 7.309 |
| 491 | | 0 | | 0 | 0 |
| 481 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1) | | 0 | | 0 | 0 |
| 480 + 488 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1) | | 0 | | 0 | 0 |
| 51 - 3311 (1) - 3417 - 3418 + 50 (1) (2) + 5207 + 5208 + 5211 (1) + 528 + 538 - 5388 + 5318 (1) + 54 (1) (3) | 21 | 3.584.132 | | 3.584.132 | 2.996.758 |
| | | 3.596.093 | 0 | 3.596.093 | 3.024.747 |
| Capital | | | | | |
| 55 | 22 | 1.000.000 | | 1.000.000 | 1.000.000 |
| 602 | | 0 | | 0 | 0 |
| 57 | | 0 | | 0 | 0 |
| - 56 | | 0 | | 0 | 0 |
| 58 + 59 | 23 | -3.427 | | -3.427 | -1.167 |
| 60 - 602 + 61 | 23 | -469.921 | | -469.921 | -301.224 |
| | 23 | 25.848 | | 25.848 | -168.697 |
| - 63 | | 0 | | 0 | 0 |
| | | 552.500 | 0 | 552.500 | 528.912 |
| | | 4.148.593 | 0 | 4.148.593 | 3.553.659 |

(1) Parte aplicável dos saldos destas rubricas.

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivo se tiver saldo credor.

(3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo.

As Notas Explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Ana Isabel de Sousa Refoios

Manuel Roquette Ricciardi

Luis Leitão Ricciardi

João Tomás Horteiga

Jorge Neves

Jorge Leitão Ricciardi

LUSO PARTNERS - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

Sede: Rua de São Julião, n.º 30 - 1100-525 LISBOA

Capital Social - Eur 1.000.000,00

Demonstração de Resultados NCA (Contas individuais)

N.º de Contribuinte: 505 726 394

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

€

| Rubricas da Instrução 23/2004 (referências indicativas) | Notas/ Quadros anexos | Ano | Ano anterior | |
|---|---|-------|-----------------|-----------------|
| 79 + 80 (1) + 8120 | Juros e rendimentos similares | 3 | 11.297 | 3.594 |
| 66 + 67 (1) + 6820 | Juros e encargos similares | 3 | 2.227 | 4.432 |
| | Margem financeira | | 9.070 | -838 |
| 82 | Rendimentos de instrumentos de capital | | 0 | 0 |
| 81 (1) - 8120 | Rendimentos de serviços e comissões | 4 | 920.084 | 775.218 |
| 68 (1) - 6820 | Encargos com serviços e comissões | 4 | 158.410 | 154.587 |
| - 692 - 693 - 695 (1) - 696 (1) - 698 + 832 + 833 + 835 (1) + 836 (1) + 838 | Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido) | | 0 | 0 |
| - 694 + 834 | Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido) | 5 | 94 | 24 |
| - 690 + 830 | Resultados de reavaliação cambial (líquido) | 6 | 3.358 | -4.220 |
| - 691 - 697 - 699 (1) - 725 - 726 (1) + 831 + 837 + 839 (1) + 843 + 844 (1) | Resultados de alienação de outros activos | | 0 | 0 |
| - 695 (1) - 696 (1) - 699 (1) - 75 - 720 - 721 - 722 - 723 - 725 - 726 (1) - 728 + 835 (1) + 836 (1) + 839 (1) + 840 + 843 + 844 (1) + 848 | Outros resultados de exploração | 7 | -46.877 | -42.373 |
| | Produto bancário | | 727.319 | 573.224 |
| 70 | Custos com pessoal | 8 | 293.748 | 303.277 |
| 71 | Gastos gerais administrativos | 10 | 383.995 | 409.484 |
| 77 | Depreciações e amortizações | 14+15 | 15.630 | 21.116 |
| 781 + 783 + 784 + 785 + 786 + 788 - 881 - 883 - 884 - 885 - 886 - 888 | Provisões líquidas de reposições e anulações | 19 | 10 | -6 |
| 78000 + 78001 + 78010 + 78011 + 7820 + 7821 + 7822 - 88000 - 88001 - 88010 - 88011 - 8820 - 8821 - 8822 - 848 (1) | Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações) | | 0 | 0 |
| 760 + 7620 + 7618 + 76211 + 76221 + 7623 + 7624 + 7625 + 7630 + 7641 + 765 + 766 + 78002 (1) + 78012 (1) + 7823 + 7828 (1) - 870 - 8720 - 8718 - 87211 - 87221 - 8723 - 8724 - 8726 - 8730 - 8741 - 875 - 876 - 88002 (1) - 88012 (1) - 8823 - 8828 (1) | Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações | | 0 | 0 |
| 768 + 769 (1) + 78002 (1) + 78012 (1) + 7828 (1) - 877 - 878 - 88002 (1) - 88012 (1) - 8828 (1) | Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações | | 0 | 0 |
| | Resultado antes de impostos | | 33.936 | -160.647 |
| | Impostos | | 8.088 | 8.050 |
| 65 | Correntes | 27 | 8.088 | 8.050 |
| 74 - 86 | Diferidos | | 0 | 0 |
| | Resultado após impostos | | 25.848 | -168.697 |
| - 72600 - 7280 + 8480 + 84400 | Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas | | 0 | 0 |
| 640 | Resultado líquido do exercício | | 25.848 | -168.697 |

(1) - Parte aplicável do saldo desta rubrica.

As Notas Explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Ana Isabel de Sousa Refoios

Manuel Roquette Ricciardi

Luis Leitão Ricciardi

João Tomás Ortega

Jorge Neves

Jorge Leitão Ricciardi

LUSO PARTNERS - SOCIEDADE CORRETORA, SA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS
DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(euros)

| | Notas | 31-12-2011 | 31-12-2010 |
|---|--------|------------------|-------------------|
| Fluxos de caixa de actividades operacionais | | | |
| Juros e proveitos recebidos | | 11 524 | 3 523 |
| Juros e custos pagos | | (2 227) | (4 432) |
| Serviços e comissões recebidas | | 920 084 | 775 218 |
| Serviços e comissões pagas | | (158 410) | (154 587) |
| Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores | | (688 754) | (676 016) |
| | | 82 217 | (56 294) |
| <i>Varição nos activos e passivos operacionais:</i> | | | |
| Disponibilidades em bancos centrais | | - | - |
| Activos financeiros ao justo valor através de resultados | | - | - |
| Aplicações em instituições de crédito | | (135 089) | - |
| Recursos de instituições de crédito | | - | - |
| Crédito a clientes | | - | - |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | | (14 695) | 18 860 |
| Derivados de cobertura | | - | - |
| Outros activos e passivos operacionais | | 572 793 | (667 389) |
| Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros | | 505 226 | (704 823) |
| Impostos sobre os lucros (pagos) recebidos | | (11 780) | (7 157) |
| | | 493 446 | (711 980) |
| Fluxos de caixa das actividades de investimento | | | |
| Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas | | - | - |
| Alienação de investimentos em subsidiárias e associadas | | - | - |
| Dividendos recebidos | | - | - |
| Compra de activos financeiros disponíveis para venda | | (2 490) | (10 000) |
| Venda de activos financeiros disponíveis para venda | | 10 000 | - |
| Investimentos detidos até à maturidade | | - | - |
| Compra de imobilizações | | (3 220) | (33 742) |
| Venda de imobilizações | | 9 997 | - |
| | | 14 287 | (43 742) |
| Fluxos de caixa das actividades de financiamento | | | |
| Emissão de obrigações de caixa | | - | - |
| Reembolso de obrigações de caixa | | - | - |
| Emissão de passivos subordinados | | - | - |
| Reembolso de passivos subordinados | | - | - |
| Dividendos de acções ordinárias pagas | | - | - |
| Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento | | - | - |
| Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes | 6 | 3 358 | (4 220) |
| Varição líquida em caixa e seus equivalentes | | 511 091 | (759 942) |
| Caixa e equivalentes no início do período | 2.2 o) | 2 576 158 | 3 336 100 |
| Caixa e equivalentes no fim do período | 2.2 o) | 3 087 249 | 2 576 158 |
| | | 511 091 | (759 942) |
| Caixa e equivalentes engloba: | | | |
| Caixa | | - | - |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 11 | 3 087 249 | 2 576 158 |
| Total | | 3 087 249 | 2 576 158 |

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Ana Isabel de Sousa Refoios

Manuel Roquette Ricciardi

Luis Leitão Ricciardi

João Tomás Horteiga

Jorge Neves

Jorge Leitão Ricciardi

LUSO PARTNERS - SOCIEDADE CORRETORA, S.A

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(em euros)

| | Capital | Reservas de reavaliação | Outras Reservas e Resultados Transitados | Resultado do exercício | Total do Capital Próprio |
|---|------------------|-------------------------|--|------------------------|--------------------------|
| Saldo em 1 de Janeiro de 2010 | 1 000 000 | 124 | (24 825) | (276 399) | 698 900 |
| Alterações de justo valor líquidas de imposto | - | - | - | - | - |
| Diferenças de câmbio | - | - | - | - | - |
| Constituição de reservas | - | (1 291) | (276 399) | 276 399 | (1 291) |
| Resultado líquido do exercício | - | - | - | (168 697) | (168 697) |
| Outros | - | - | - | - | - |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2010 | 1 000 000 | (1 167) | (301 224) | (168 697) | 528 912 |
| Alterações de justo valor líquidas de imposto | - | - | - | - | - |
| Diferenças de câmbio | - | - | - | - | - |
| Constituição de reservas | - | (2 260) | (168 697) | 168 697 | (2 260) |
| Resultado líquido do exercício | - | - | - | 25 848 | 25 848 |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2011 | 1 000 000 | (3 427) | (469 921) | 25 848 | 552 500 |

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Ana Isabel de Sousa Refoios

Manuel Roquette Ricciardi

Luis Leitão Ricciard

João Tomás Hortega

Jorge Neves

Jorge Leitão Ricciardi

LUSO PARTNERS - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

MODELO I

INVENTÁRIO DE TÍTULOS EM BASE INDIVIDUAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Unidade: Euros

| Natureza e espécie (1) | Categoria de Activo Instrução n.º 23/2004 (2) | Código do título (3) | Tipo de emittente (4) | País do emittente (5) | Cotado (Não cotado (S/N) (5) | Mercado organizado relevante (6) | Cotação (6) | Quantidade (7) | Valor nominal (7) | Critério valorimétrico (8) | Valor de Balanço (9) | Valias (+/-) (10) | Montante vencido (11) | Correcções de valor | | % de participação | | Operações especiais (12) | Observações (13) |
|--|--|-------------------------|-----------------------------|-----------------------------|--|---|----------------|-------------------|----------------------|----------------------------------|-------------------------|-------------------------|-----------------------------|---------------------|--------|-------------------|---------------------|--------------------------------|---------------------|
| | | | | | | | | | | | | | | Imparidade | Outras | Capital | Direitos de voto | | |
| Instrumentos de dívida | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| De dívida pública | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| O.T. 5,45% SETEMBRO 2013 | iv) | PTOTEGOE0009 | OUTRAS | Portugal | S | - | 1.348,50 | 150.000 | 1.500,00 | Justo valor | 1.348,50 | 0,00 | - | - | - | - | - | - | - |
| O.T. 3,35% OUTUBRO 2015 | iv) | PTOTE3OE0017 | OUTRAS | Portugal | S | - | 9.315,00 | 1.350.000 | 13.500,00 | Justo valor | 9.315,00 | 0,00 | - | - | - | - | - | - | - |
| De outros emissores públicos | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ... | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| De outros emissores | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Adquiridos no âmbito de operações de titularização | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Equiparados a <i>first loss position</i> | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ... | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Outros | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ... | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Outros | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Dívida não subordinada | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ... | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Dívida subordinada | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ... | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Total | | | | | | | | 1.500.000 | 15.000,00 | | 10.663,50 | 0,00 | - | - | - | | | | |
| Instrumentos de capital | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ... | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Total | | | | | | | | - | - | | - | - | - | - | - | | | | |
| Outros | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ... | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Total | | | | | | | | - | - | | - | - | - | - | - | | | | |

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Ana Isabel de Sousa Refoios

Manuel Roquette Ricciardi

Luis Leitão Ricciardi

João Tomás Horteiga

Jorge Neves

Jorge Leitão Ricciardi

5. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

31 de Dezembro de 2011 e 2010

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em euros)

NOTA 1 – ACTIVIDADE

A Luso Partners – Sociedade Corretora, S.A. (LP Corretora ou Sociedade), com sede em Lisboa, foi constituída por escritura pública celebrada em 9 de Maio de 2002 com um capital social de 500 mil euros, correspondendo a 100 mil acções com o valor nominal de 5 euros cada, detido na íntegra pela Luso Partners – SGPS, S.A.. A Sociedade iniciou a sua actividade em 18 de Setembro de 2002.

No exercício de 2003 o capital social da LP Corretora aumentou para 760 mil euros, correspondendo a 152 mil acções com o valor nominal de 5 euros cada, em resultado da fusão por incorporação da Luso Partners – Sociedade Gestora de Patrimónios, SA (LP Gestora) na sociedade corretora. Esta fusão foi autorizada pelo Banco de Portugal através da modalidade de fusão por incorporação, i.e., da transferência global do património da Luso Partners – Sociedade Gestora de Patrimónios, SA para a Luso Partners – Sociedade Corretora, SA e a escritura pública ocorreu no dia 4 de Novembro de 2003. Para efeitos contabilísticos, a data a considerar para a fusão das duas sociedades foi o dia 1 de Janeiro de 2003.

A fusão referida anteriormente teve como objectivos a simplificação das estruturas, reforço dos mecanismos de controlo interno e redução de custos, nomeadamente das áreas de suporte (administrativa, financeira, etc.), com base nos seguintes fundamentos:

- a) Ambas as sociedades prosseguiam actividades que se complementavam ao nível da administração de carteiras, bem como na prestação de serviços de consultoria em matéria de investimentos;
- b) Tendo em conta as características do mercado financeiro em que as sociedades estavam inseridas, tornava-se cada vez mais necessário desenvolver e apresentar serviços integrados, orientados por uma gestão de custos que lhes permitissem alcançar uma posição competitiva e
- c) No planeamento da operação foi tomada em consideração a ineficiência a que, a vários níveis, a estrutura actual conduzia. A manutenção de entidades juridicamente autónomas obrigava à existência de estruturas diferenciadas e ao cumprimento de um conjunto acrescido de formalidades sem que, no caso concreto e no momento actual, se mantivessem as vantagens que poderão ter estado na origem da opção pela estrutura anteriormente implementada.

No exercício de 2007, ocorreu a fusão por incorporação da Luso Partners – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA (LP SGPS) na LP Corretora. O Banco de Portugal autorizou previamente a fusão por incorporação das duas sociedades financeiras referidas e a escritura pública ocorreu no dia 28 de Dezembro de 2007. Para efeitos contabilísticos, a data a considerar para a fusão das duas sociedades foi o dia 1 de Janeiro de 2007. Em resultado desta fusão, o capital social da LP Corretora aumentou para 1 milhão de euros, correspondendo a 200 mil acções com o valor nominal de 5 euros cada.

A fusão ocorrida no exercício de 2007 baseou-se na LP SGPS apenas deter e gerir participações numa única sociedade, i.e., a Luso Partners – Sociedade Corretora, SA, desde o exercício de 2003 e em resultado da fusão ocorrida nesse ano entre a LP Corretora e a LP Gestora, conforme descrito anteriormente. Acresce que a LP SGPS não recebeu qualquer dividendo desde a sua constituição em 22 de Abril de 2002, sendo os seus resultados líquidos negativos o reflexo dos custos administrativos que a sociedade tem necessariamente de suportar. Esta fusão surgiu, assim, numa óptica de racionalização e aproveitamento optimizado de meios e recursos, face à desnecessidade de manter duas estruturas autónomas, sobretudo tendo em conta que uma das duas referidas estruturas se limitava a deter a participação na outra.

O objecto social da LP Corretora consiste na realização de todas as actividades de intermediação financeira legalmente permitidas às sociedades corretoras, bem como no exercício de quaisquer outras actividades expressamente autorizadas pelas entidades competentes, incluindo nomeadamente (i) a compra e venda de valores mobiliários por conta de terceiros, (ii) o processamento de carteiras de clientes e guarda de valores mobiliários, podendo proceder à cobrança dos respectivos rendimentos e, desde que autorizados pelo cliente, exercer outros direitos sociais e (iii) o exercício da actividade de administração de conjuntos de bens pertencentes a terceiros, a que se dá a designação de carteiras, bem como a prestação de serviços de consultoria em matéria de investimentos. A actividade de gestão de carteiras é exercida com base em mandato escrito, celebrado entre a Sociedade e os respectivos clientes, que especifica as condições, os limites e o grau de discricionariedade dos actos na mesma compreendidos.

A actividade encontra-se regulamentada (i) pelo Decreto-Lei nº 262/2001, de 28 de Setembro, (ii) pelas disposições aplicáveis do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, e (iii) pelo Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei nº 486/99, de 13 de Novembro.

No exercício de 2005 a Luso Partners Sociedade Corretora, S.A. procedeu a uma reestruturação do seu quadro de pessoal, por forma a obter uma equipa mais ajustada à sua dimensão, à actual conjuntura económica e aos objectivos que se propõe atingir a médio prazo. Aliada a esta redução dos custos com pessoal, também se reduziram outros custos fixos, nomeadamente os custos com comunicações e os custos com serviços de informática.

No exercício de 2006 a Sociedade teve como objectivo o reforço do seu sistema de controlo interno. Para tal foram revistos integralmente o Manual de Procedimentos e o Regulamento Interno. Foi igualmente revisto o Código de Conduta da LP Corretora, aplicável a todos os colaboradores da Sociedade Corretora (membros dos órgãos sociais e demais colaboradores), e registado juntamente com o Regulamento Interno revisto, em 25 de Outubro de 2006, na CMVM, nos termos do nº 2, do artigo 316º, do Código dos Valores Mobiliários.

NOTA 2 – BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n° 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto Lei n° 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n° 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras individuais da LP Corretora são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a imparidade do crédito a clientes e o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), bem como as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras individuais da LP Corretora reportadas a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 foram preparadas em conformidade com as NCA, que incluem os requisitos definidos pelas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor, tal como adoptadas na União Europeia até 31 de Dezembro de 2011. As notas anexas a estas demonstrações financeiras incluem toda a informação que é necessária que seja divulgada nas demonstrações financeiras anuais.

As demonstrações financeiras individuais e as notas anexas agora apresentadas estão expressas em euros, arredondado ao euro mais próximo e reflectem os resultados das operações da Sociedade, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010.

As políticas contabilísticas descritas em seguida, foram aplicadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010. Existe comparabilidade entre as políticas contabilísticas de ambos os exercícios.

2.2 **Resumo das principais políticas contabilísticas**

Foram os seguintes os principais critérios contabilísticos e valorimétricos adoptados relativamente às várias rubricas das presentes demonstrações financeiras:

a) **Especialização de exercícios**

A Sociedade segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, sendo os custos e proveitos registados no exercício a que dizem respeito, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, respectivamente.

b) **Operações em moeda estrangeira**

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema multi-divisas, sendo cada operação registada exclusivamente em função das respectivas moedas. Este método prevê que todos os saldos expressos em moeda estrangeira (i.e. moedas fora da zona Euro), excepto notas e moedas, sejam convertidos para euros com base no câmbio indicativo do dia para operações à vista, divulgados pelo Banco de Portugal (ver Nota 25).

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista são imediatamente registadas na posição cambial. Sempre que estas operações conduzam a variações dos saldos líquidos das diferentes moedas, há lugar à movimentação das contas de posição cambial à vista, cujo conteúdo e critério de reavaliação são como segue:

- **Posição cambial à vista**

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos activos e passivos dessa moeda, adicionando os montantes das operações à vista a aguardar liquidação. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios indicativos do dia divulgados pelo Banco de Portugal, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda Euro), por contrapartida de custos ou proveitos.

c) **Activos financeiros disponíveis para venda**

De acordo com o Decreto-Lei nº 262/2001, de 28 de Setembro, artigo 5º - nº 2, alínea b), é vedado às sociedades corretoras “adquirir por conta própria valores mobiliários de qualquer natureza, com excepção dos títulos da dívida pública emitidos ou garantidos por Estados-Membros da OCDE”.

- **Títulos disponíveis para venda**

Os títulos de investimento são aqueles que são adquiridos com o objectivo de prestar garantia ao Sistema de Indemnização aos Investidores (SII), ao abrigo do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) nº 2/2000. São títulos que são mantidos em carteira até à data de reembolso.

As **Obrigações e outros títulos de rendimento fixo** emitidos com base no valor nominal são apresentados com base no seu justo valor. A diferença entre o custo de aquisição e o valor nominal dos títulos da dívida pública, que constitui o prémio ou desconto verificado aquando da compra, é amortizada de modo escalonado durante o período que decorre até à data de vencimento dos títulos, por contrapartida de resultados. Os juros corridos são relevados como proveitos e apresentados na rubrica Outros activos (ver Nota 17).

As diferenças líquidas entre o valor de aquisição e o correspondente valor de mercado são relevadas em capitais próprios, numa rubrica de reservas de reavaliação (ver Nota 23).

d) **Provisões para riscos de crédito e para risco-país**

As provisões para riscos de crédito e para risco-país foram apuradas nos termos do Aviso nº 3/95, de 30 de Junho, alterado pelo Aviso nº 8/2003, de 8 de Fevereiro e da Instrução nº 94/96, do Banco de Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, as provisões para riscos gerais de crédito incluem:

- uma provisão genérica para riscos gerais de crédito, apresentada no passivo na rubrica Provisões, correspondente a um mínimo de 1% do total dos saldos devedores de clientes. O valor para o exercício de 2011 é Eur 24 (ver Nota 19).

e) Outros activos tangíveis

De acordo com a política contabilística descrita na nota 2.1., os outros activos tangíveis encontram-se registados pelo custo determinado na data de transição para as IFRS, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Sociedade, pelo que as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

A Sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor realizável é o maior de entre o valor de mercado do activo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes numa base duodecimal, aplicando ao custo histórico as taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, de acordo com os seguintes períodos, que se considera não diferirem substancialmente da vida útil estimada dos bens:

| | <u>Nº de Anos</u> |
|-------------------------------------|-------------------|
| Beneficiações em imóveis arrendados | 10 |
| Equipamento informático | 3 a 4 |
| Mobiliário e material | 4 a 10 |
| Instalações interiores | 8 a 10 |
| Equipamento de segurança | 4 a 10 |
| Máquinas e ferramentas | 4 a 10 |
| Material de transporte | 4 |

As beneficiações em edifícios arrendados são amortizadas em 10 anos, ao abrigo do Aviso nº 9/94, de 2 de Novembro, do Banco de Portugal, dado ser este o período em que se considera reflectir de forma mais aproximada a vida útil desses investimentos.

f) Activos intangíveis

Os activos intangíveis são contabilizados ao respectivo custo de aquisição. Incluem os custos incorridos com a aquisição e desenvolvimento dos sistemas de tratamento informático de dados. São amortizados numa base duodecimal durante um período de três anos a partir do exercício em que são incorridos, segundo o método das quotas constantes (ver Nota 15).

g) Pensões de reforma

Face às responsabilidades assumidas no âmbito do plano de reformas definido a nível interno, a LP Corretora aderiu a um fundo de pensões aberto de forma a financiar o Plano de Pensões criado pela Sociedade, o qual visa proporcionar à totalidade dos seus empregados um complemento de 20% do salário pensionável à idade normal de reforma.

O Fundo de Pensões Aberto “Espírito Santo Multireforma” é gerido pela ESAF – Espírito Santo Fundos de Pensões, S.A., subsidiária do Banco Espírito Santo, S.A..

O cálculo actuarial das responsabilidades da LP Corretora é efectuado anualmente pela ESAF, na data de fecho de contas, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, utilizando pressupostos actuariais e financeiros em conformidade com os parâmetros exigidos pelo Banco de Portugal.

Os ganhos e perdas actuariais apurados anualmente, resultantes das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados, são reconhecidos como um activo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor.

Este método estabelece que o valor líquido acumulado dos ganhos e perdas actuariais no final do ano, que exceda 10% do maior de entre (i) o valor actual das responsabilidades por pensões em pagamento e das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo e (ii) o valor dos activos do fundo de pensões, também reportados ao final do ano, seja reconhecido como despesas/receitas com custo/proveito diferido e amortizado por contrapartida de resultados extraordinários durante um período de 10 anos, com início no exercício seguinte àquele em que é apurado. O valor líquido acumulado dos ganhos e perdas actuariais no final do ano que se situe dentro do referido limite, é registado na conta de desvios actuariais - incluídos no corredor - e não é amortizado.

Anualmente, a LP Corretora reconhece como um custo, na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros e (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo.

A Sociedade efectua pagamentos ao fundo por forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo os níveis mínimos fixados como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento; (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

O Banco de Portugal, através do Aviso nº 12 de 2005, introduziu alterações ao Aviso nº 12 de 2001, definindo que para efeitos da preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA, o acréscimo de responsabilidades resultante das alterações dos pressupostos actuariais relativos à tábua de mortalidade efectuados posteriormente a 1 de Janeiro de 2005, é adicionado ao limite do corredor.

O Aviso nº 1 de 2008, no âmbito do projecto “*Better Regulation* do Sector Financeiro”, veio redefinir os elementos de informação sobre responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência a fornecer ao Banco de Portugal.

Adicionalmente, o Aviso nº 7 de 2008 introduziu novas alterações ao Aviso nº 12 de 2001, tendo em conta os ajustamentos decorrentes da transição para as NIC/NCA e, em particular, os resultantes da adopção integral do IAS 19.

h) Reconhecimento de proveitos resultantes de comissões

No exercício da actividade de corretagem, a Sociedade debita aos seus clientes comissões de corretagem que são registadas em resultados na rubrica de comissões no dia da transacção, por contrapartida de contas de regularização do activo, a aguardar a respectiva liquidação financeira.

Relativamente às comissões de gestão de carteiras, estas são apuradas conforme previsto nos contratos, segundo os esquemas a seguir descritos, cuja opção cabe ao cliente, sendo igualmente relevadas em resultados na rubrica de comissões:

- Comissão de Gestão Fixa – aplicação de uma taxa de 1% sobre o capital médio em gestão, cobrada trimestralmente (0,25% por trimestre), no último dia dos meses de Março, Junho, Setembro e Dezembro;
- Comissão de Gestão Variável – comissão cobrada no último dia útil do ano, tendo por base a rentabilidade líquida da carteira no período e o esquema progressivo de comissionamento previsto e
- Comissão de Gestão Mista – comissão composta por uma parte fixa e outra variável, sendo a comissão fixa calculada pela aplicação de uma taxa de 1% sobre o capital médio em gestão, cobrada trimestralmente (0,25% por trimestre), no último dia dos meses de Março, Junho, Setembro e Dezembro e a comissão variável apurada pela aplicação de uma taxa de 5% sobre a rentabilidade líquida da carteira no período e cobrada no último dia útil do ano.

i) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda, são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos ou perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

j) Operações de compra e venda de títulos

As operações de compra e venda de títulos por conta de terceiros, cuja liquidação financeira ocorre dentro dos prazos dos mercados em que são transaccionados, são registadas nas rubricas de outros activos ou outros passivos (ver Notas 17 e 21).

No que se refere a transacções efectuadas no âmbito dos mercados organizados, i.e., relativamente aos valores negociados quer em âmbito nacional quer em âmbito internacional com instituições financeiras filiadas em Sistemas de Liquidação Internacionais, as respectivas liquidações financeiras são efectuadas junto dos bancos liquidadores, incluindo o que diz respeito às taxas de corretagem, que posteriormente nos são transferidas.

k) Valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito

Os valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito encontram-se registados nas rubricas extra patrimoniais ao valor de cotação ou, na ausência deste, ao correspondente valor nominal (ver Nota 24).

l) Gestão de carteiras

Os valores mobiliários de terceiros, entregues à gestão da Sociedade, ou posteriormente adquiridos por esta no âmbito desta actividade, encontram-se registados nas rubricas extra patrimoniais e são valorizados numa base diária tendo por base a cotação de mercado divulgada.

Os valores remanescentes não aplicados na aquisição de títulos, i.e., a liquidez da carteira de cada cliente, encontram-se igualmente registados nas rubricas extra patrimoniais.

As operações de compra e venda de títulos, a aguardar a liquidação financeira, encontram-se registadas nas rubricas extra patrimoniais como parte integrante da carteira, a deduzir no caso de uma posição líquida compradora e a acrescer no caso de uma posição líquida vendedora (ver Nota 24).

m) Locações

A Sociedade classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, cumprindo com os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pela LP Corretora à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

- **Como locatário**

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

- **Como locador**

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como proveitos, enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

n) Imparidade

A existência de evidência objectiva de que um activo financeiro apresenta sinais de imparidade, resulta do cálculo do valor recuperável desse activo com sinais de imparidade, registando as perdas apuradas por contrapartida de resultados.

A existência de evidência objectiva de imparidade, após o reconhecimento inicial de um activo financeiro, pode resultar das seguintes situações:

- títulos cotados – uma desvalorização continuada ou de valor significativo na cotação destes títulos; ou
- títulos não cotados – quando se verifica um evento com impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, cuja mensuração possa ser estimada com razoabilidade.

Caso se verifique uma diminuição subsequente na perda de imparidade e a mesma possa ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, a mesma é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição. Este critério não é aplicável às acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas é transferida para resultados. Esta perda potencial corresponde à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida em resultados.

Como já foi referido na nota 2.2 c) a legislação actual impede às sociedades corretoras “adquirir por conta própria valores mobiliários de qualquer natureza, com excepção dos títulos da dívida pública emitidos ou garantidos por Estados-Membros da OCDE”, pelo que a LP Corretora não implementou qualquer procedimento com carácter regular para fazer face a este risco, embora esteja atenta às flutuações verificadas nos seus activos disponíveis para venda.

o) Demonstração dos fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data do balanço, onde se incluem os saldos de disponibilidades em outras instituições de crédito (ver Nota 11).

NOTA 3 – MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

| | <u>31-12-2011</u> | <u>31-12-2010</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Juros e proveitos similares | | |
| Juros de disponibilidades em instituições de crédito: | | |
| - no país | 8 800 | 2 777 |
| - no estrangeiro | 1 962 | 124 |
| Juros de aplicações em instituições de crédito no país | 0 | 0 |
| Juros de activos financeiros disponíveis para venda | 535 | 693 |
| | <u>11 297</u> | <u>3 594</u> |
| Juros e custos similares | | |
| Juros de recursos de instituições de crédito: | | |
| - no país | 11 | 90 |
| - no estrangeiro | 2 216 | 4 342 |
| | <u>2 227</u> | <u>4 432</u> |
| | <u>9 070</u> | <u>(838)</u> |

NOTA 4 – RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

| | <u>31-12-2011</u> | <u>31-12-2010</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Rendimentos de serviços e comissões | | |
| Por serviços de administração de valores prestados | 148 262 | 127 062 |
| Por operações realizadas com títulos por conta de terceiros | 603 328 | 612 677 |
| Outros proveitos de comissões recebidas | 168 494 | 35 479 |
| | <u>920 084</u> | <u>775 218</u> |
| Encargos com serviços e comissões | | |
| Por serviços bancários prestados por terceiros: | | |
| - depósito e guarda de valores | 4 120 | 3 707 |
| - por outros serviços bancários | 16 124 | 16 804 |
| Por operações realizadas com títulos | 138 166 | 134 076 |
| | <u>158 410</u> | <u>154 587</u> |
| | <u>761 674</u> | <u>620 631</u> |

NOTA 5 – RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

| | 31-12-2011 | | | 31-12-2010 | | |
|---|------------|-----------|-----------|------------|-----------|-----------|
| | Proveitos | Custos | Total | Proveitos | Custos | Total |
| Obrigações e outros títulos de rendimento fixo | | | | | | |
| De emissores públicos | | | | | | |
| Obrigações do tesouro | 111 | 17 | 94 | 49 | 25 | 24 |
| | <u>111</u> | <u>17</u> | <u>94</u> | <u>49</u> | <u>25</u> | <u>24</u> |

NOTA 6 – RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

| | 31-12-2011 | | | 31-12-2010 | | |
|----------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|-----------------|
| | Proveitos | Custos | Total | Proveitos | Custos | Total |
| Reavaliação cambial | 6 039 | 2 681 | 3 358 | 1 239 | 5 459 | (4 220) |
| | <u>6 039</u> | <u>2 681</u> | <u>3 358</u> | <u>1 239</u> | <u>5 459</u> | <u>(4 220)</u> |

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2.b).

NOTA 7 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

| | 31-12-2011 | 31-12-2010 |
|--|------------------|------------------|
| Outros resultados de exploração | | |
| Rendas de locação operacional | (25 375) | (26 034) |
| Contribuição para o sistema de indemnização aos investidores | (8 761) | (2 500) |
| Multas e penalidades fiscais | (45) | 0 |
| Quotizações e donativos | 0 | (180) |
| Outros impostos | (12 522) | (12 548) |
| Outros resultados (líquido) | (174) | (1 111) |
| | <u>(46 877)</u> | <u>(42 373)</u> |

NOTA 8 – CUSTOS COM PESSOAL

O valor desta rubrica é composto por:

| | <u>31-12-2011</u> | <u>31-12-2010</u> |
|-------------------------------|-------------------|-------------------|
| Remunerações | 222 428 | 229 065 |
| Encargos sociais obrigatórios | 48 751 | 50 236 |
| Encargos sociais facultativos | 20 319 | 23 691 |
| Outros custos | 2 250 | 285 |
| | <u>293 748</u> | <u>303 277</u> |

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, o número médio de colaboradores ao serviço da LP Corretora estava decomposto pelas seguintes categorias profissionais:

| Funções | <u>31-12-2011</u> | <u>31-12-2010</u> |
|-----------------|-------------------|-------------------|
| Administração | 3 | 3 |
| Direcção | 1 | 1 |
| Técnicos | 2 | 2 |
| Administrativos | 1 | 1 |
| | <u>7</u> | <u>7</u> |

O montante das remunerações atribuídas durante o exercício de 2011 aos membros do órgão de Administração da LP Corretora foi de Eur 135.753 (2010 - Eur 141.153).

Não existem quaisquer adiantamentos ou créditos concedidos a membros dos órgãos sociais nem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

Nos termos da Lei nº 28/2009, de 19 de Junho, e do Aviso nº 1/2010 do Banco de Portugal, de 09 de Fevereiro, indicam-se de seguida as remunerações pagas pela LP Corretora a cada um dos Membros dos Órgãos de Administração durante o exercício de 2011:

Conselho de Administração

| Membros Executivos do Conselho de Administração | Remuneração Fixa |
|--|-------------------------|
| Luis Leitão Ricciardi | 68 651 |
| João Tomás Andrade Rocha de Hortega | 33 551 |
| Jorge Miguel Rodrigues de Oliveira Neves | 33 551 |
| | <u>135 753</u> |

Não existem remunerações variáveis pagas aos Membros Executivos do Conselho de Administração no exercício de 2011.

Os Administradores não Executivos:

Manuel Jorge Roquette Ricciardi e

Jorge Leitão Ricciardi,

não auferiram quaisquer remunerações fixas ou variáveis, pagas pela Sociedade, relativas às funções exercidas durante o exercício de 2011.

O Órgão de Fiscalização teve uma remuneração Eur 7.774 no exercício de 2011, que está incluída na rubrica de gastos gerais administrativos (ver Nota 10).

NOTA 9 – PENSÕES DE REFORMA

A LP Corretora assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de reforma por velhice. Estas prestações consistem num complemento de 20% do salário pensionário à idade normal de reforma.

Para fazer face à cobertura das responsabilidades por serviços passados relativos a pensões de reforma, a Sociedade aderiu em Agosto de 2002 ao Fundo de Pensões aberto denominado “Espírito Santo Multireforma”, cuja gestão é exercida pela ESAF - Espírito Santo Fundos de Pensões, SA, sociedade integrada no Grupo Espírito Santo.

O reconhecimento, tratamento e relevação contabilística das responsabilidades para com pensões de reforma e sobrevivência são regulamentados pelo Aviso nº 12/2001, de 9 de Novembro, do Banco de Portugal, conforme descrito na Nota 2 g).

Com referência a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, apresentam-se as responsabilidades, encargos, contribuições da Sociedade para o fundo de pensões e níveis de cobertura, que traduzem a aplicação do anterior normativo:

i) Número de participantes

| | 31-12-2011 | | | | 31-12-2010 | | | |
|---------------------|-------------------------|---------------------------|---------------|---------------------------------|-------------------------|---------------------------|---------------|---------------------------------|
| | Número de participantes | Remuneração anual (euros) | Idade (média) | Anos de serviço passado (médio) | Número de participantes | Remuneração anual (euros) | Idade (média) | Anos de serviço passado (médio) |
| Activos | | | | | | | | |
| LP Corretora | 7 | 211 198 | 45 | 9 | 7 | 235 980 | 44 | 8 |

ii) Evolução das responsabilidades

O valor actual das responsabilidades assumidas por pensões de reforma e de sobrevivência, decompõe-se da seguinte forma:

| | <u>31-12-2011</u> | <u>31-12-2010</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Responsabilidades por serviços passados - | | |
| Pessoal no activo (i) | 110 751 | 121 003 |
| Valor do Fundo de Pensões Aberto | | |
| "Espírito Santo Multireforma" | 129 760 | 131 231 |
| Excesso/(déficit) de cobertura | 19 009 | 10 228 |
| Nível de cobertura das responsabilidades | 117,2% | 108,5% |
| Responsabilidades por serviços futuros (RSF) | 180 178 | 205 126 |
| Valor actual das responsabilidades totais (VART) | 290 929 | 326 129 |

(i) O valor de 2010 inclui os direitos adquiridos por um ex-participante, que saiu em 30-09-2008.

O valor do fundo de 31-12-2010 também inclui as UP's do ex-participante.

As responsabilidades da Sociedade em 2011 e 2010 evoluíram como segue:

| | 31-12-2011 | 31-12-2010 |
|---|-------------------|-------------------|
| Responsabilidades no final do periodo anterior | 121 003 | 105 298 |
| Custo do serviço corrente | 0 | 0 |
| Custo dos juros | 5 853 | 5 265 |
| Transferência direitos adquiridos ex-participante | (7 877) | 0 |
| (Ganhos) e perdas actuariais | (8 228) | 10 440 |
| Responsabilidades no final do periodo | 110 751 | 121 003 |
| Pessoal no activo | 110 751 | 121 003 |
| Responsabilidades objecto de cobertura | 110 751 | 121 003 |
| Valor do Fundo de Pensões Aberto "Espírito Santo Multireforma" | 129 760 | 131 231 |
| Coberturas totais | 129 760 | 131 231 |
| Excesso/(déficit) de cobertura | 19 009 | 10 228 |
| Nível de cobertura das responsabilidades | 117,2% | 108,5% |
| Responsabilidades por serviços futuros (RSF) | 180 178 | 205 126 |
| Valor actual das responsabilidades totais (VART) | 290 929 | 326 129 |

iii) Evolução do valor do fundo de pensões

A evolução do valor do fundo de pensões em 2011 e 2010 foi a seguinte:

| | 31-12-2011 | 31-12-2010 |
|---|-------------------|-------------------|
| Valor do Fundo em 01 de Janeiro (ii) | 139 166 | 139 375 |
| (+) Contribuições | 0 | 0 |
| (-) Transferência direitos adquiridos ex-participante | (7 877) | 0 |
| (+) Rendimento líquido do Fundo | (1 529) | (8 144) |
| (=) Valor do Fundo em 31 de Dezembro | 129 760 | 131 231 |

(ii) O relatório actuarial definitivo do Fundo Pensões Multireforma à data de 31-12-2010 atribuiu ao valor do fundo Eur 139 166. Existe uma variação de Eur 7 935 em relação ao valor do fecho do exercício de 2010.

O rendimento líquido do fundo contém desvios actuariais negativos de Eur 8.290 (2010 – Eur 15.113 negativos).

iv) Reconhecimento das responsabilidades do exercício

Os montantes reconhecidos como custos pela Sociedade podem ser analisados da seguinte forma:

| | <u>31-12-2011</u> | <u>31-12-2010</u> |
|---|----------------------|----------------------|
| Custo do serviço corrente | 0 | 0 |
| (+) Custo dos juros | 5 853 | 5 265 |
| (-) Rendimento esperado do Fundo | <u>(6 761)</u> | <u>(6 969)</u> |
| (=) Custos correntes com o plano | <u>(908)</u> | <u>(1 704)</u> |
| (+/-) Desvios actuariais | <u>(62)</u> | <u>25 553</u> |
| (=) Responsabilidades do exercício | <u><u>(970)</u></u> | <u><u>23 849</u></u> |

v) Contrapartida do reconhecimento das responsabilidades

A diminuição das responsabilidades no exercício teve por contrapartida a seguinte relevação contabilística:

| | <u>31-12-2011</u> | <u>31-12-2010</u> |
|---|----------------------|----------------------|
| Custos com pessoal | (908) | (1 704) |
| (+/-) Desvios actuariais | <u>(62)</u> | <u>25 553</u> |
| (=) Responsabilidades do exercício | <u><u>(970)</u></u> | <u><u>23 849</u></u> |

vi) Contribuição da Sociedade para o fundo

Nos exercícios de 2011 e 2010 não foi entregue qualquer contribuição ao fundo de pensões pela LP Corretora, facto que é explicado pela saída de um participante do universo do plano de pensões da Sociedade, consequência da alteração da definição de “participante”, ocorrida em 30 de Outubro de 2009.

vii) Níveis mínimos de cobertura

Os níveis de cobertura verificados analisam-se como segue:

| | <u>31-12-2011</u> | <u>31-12-2010</u> |
|--------------------------------|-------------------|-------------------|
| Nível mínimo de cobertura | 105 213 | 114 953 |
| Coberturas totais | <u>129 760</u> | <u>131 231</u> |
| Excesso/(déficit) de cobertura | <u>24 547</u> | <u>16 278</u> |
| Nível de cobertura | <u>123,3%</u> | <u>114,2%</u> |

Os pressupostos actuariais e financeiros utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma por serviços passados e os valores efectivamente verificados, bem como o método de cálculo utilizado, são conforme segue:

| | 2011 | | 2010 | |
|--|---------------------------------------|-------------------|-----------------|-------------------|
| | Previsto | Verificado | Previsto | Verificado |
| Pressupostos Financeiros | | | | |
| Taxa de rendimento dos activos | 5% | 5% | 5% | 5% |
| Taxa de crescimento salarial | 2,75% | 2,75% | 2,75% | 2,75% |
| Taxa de crescimento das pensões | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| Taxa Técnica de Juro | 5% | 5% | 5% | 5% |
| Pressupostos Demográficos | | | | |
| Tábua de Mortalidade | TV 73/77 | | TV 73/77 | |
| Tábua de Invalidez | n.a. | | n.a. | |
| Tábua de Turn Over | n.a. | | n.a. | |
| Método de valorização actuarial | "Projected Unit Credit Method" | | | |

A estrutura tipo de alocação de activos utilizada pela ESAF-Espírito Santo Fundos de Pensões, SA para o fundo de pensões distribui-se em acções (22%), obrigações de taxa fixa (39%) e obrigações de taxa variável (30%).

NOTA 10 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

| | 31-12-2011 | 31-12-2010 |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Gastos gerais administrativos | | |
| Consultores e auditores externos | 184 814 | 172 594 |
| Comunicações e expedição | 67 481 | 76 262 |
| Serviços de informática | 27 742 | 32 387 |
| Rendas e alugueres | 29 100 | 30 000 |
| Deslocações e representação | 26 921 | 28 562 |
| Mão de obra eventual | 0 | 19 521 |
| Água, energia e combustíveis | 17 363 | 16 486 |
| Conservação e reparação | 6 049 | 11 848 |
| Seguros | 7 653 | 6 638 |
| Material de consumo corrente | 3 788 | 3 922 |
| Outros custos | 13 084 | 11 264 |
| | 383 995 | 409 484 |

No exercício de 2011 a rubrica Consultores e auditores externos inclui Eur 131.328 (2010 – Eur 116.658) relativos à parceria na área de gestão de carteiras com uma Sociedade de Consultoria para Investimentos iniciada neste ano.

Os honorários facturados durante o exercício de 2011 pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas relativos aos serviços de auditoria e revisão legal das contas foi de Eur 7.774 (2010 – Eur 7.774).

A rubrica Outros custos inclui, entre outros, segurança e vigilância, serviços de limpeza e publicações.

NOTA 11- DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica é analisada como segue:

| | <u>31-12-2011</u> | <u>31-12-2010</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Em instituições de crédito no país | | |
| Depósitos à ordem | <u>1 295 277</u> | <u>1 492 779</u> |
| Em instituições de crédito no estrangeiro | | |
| Depósitos à ordem | <u>1 791 972</u> | <u>1 083 379</u> |
| | <u>3 087 249</u> | <u>2 576 158</u> |

O montante de disponibilidades em instituições de crédito no país engloba depósitos à ordem em várias instituições, sendo que o BES Investimento é o que apresenta um saldo mais significativo no valor de Eur 681.162 (2010 - BCP - Eur 664.004).

No montante de disponibilidades em instituições de crédito no estrangeiro, destaca-se o saldo junto do *Deutsche Bank Frankfurt* de Eur 1.461.324 (2010 - Eur 711.398).

Estes saldos incluem as disponibilidades das contas correntes de clientes junto da Sociedade, sendo de clientes da Gestão Discricionária Eur 1.672.368 (2010 – Eur 1.475.363) (ver Nota 24).

NOTA 12 –ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

A análise de activos financeiros disponíveis para venda, é analisada como segue:

| | <u>31-12-2011</u> | <u>31-12-2010</u> |
|---|----------------------|----------------------|
| Activos financeiros disponíveis para venda | | |
| Instrumentos de dívida pública portuguesa | | |
| Obrigações do tesouro | <u>14 091</u> | <u>21 507</u> |
| Reserva de justo valor | | |
| Positiva (negativa) | <u>(3 427)</u> | <u>(1 167)</u> |
| Valor de balanço | <u><u>10 664</u></u> | <u><u>20 340</u></u> |

Conforme descrito na política contabilística descrita na nota 2.2 c) a carteira de títulos disponíveis para venda, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é apresentada líquida das reservas de reavaliação, no montante de Eur (3.427) e Eur (1.167), respectivamente (ver Nota 23).

Estes títulos, tal como referido na nota 2.2 c) são adquiridos pela Sociedade com o objectivo de prestar garantia ao Sistema de Indemnização aos Investidores (SII), ao abrigo do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) nº 2/2000 (ver Nota 24). São títulos que são mantidos em carteira até à data de reembolso.

Em 31 de Dezembro de 2011, o escalonamento dos activos financeiros disponíveis para venda por prazos de vencimento, é como segue:

| | <u>31-12-2011</u> | <u>31-12-2010</u> |
|----------------------------|----------------------|----------------------|
| De 3 meses a um ano | 0 | 10 000 |
| De um a cinco anos | <u>10 664</u> | <u>10 340</u> |
| | <u><u>10 664</u></u> | <u><u>20 340</u></u> |

O valor de balanço das obrigações e outros títulos de rendimento fixo compara com os seguintes valores, nominais ou de reembolso na data de maturidade e de mercado:

| | <u>31-12-2011</u> | <u>31-12-2010</u> |
|-------------------------|-------------------|-------------------|
| Valor nominal | 15 000 | 21 500 |
| Valor de mercado | 10 664 | 20 340 |
| Valor de balanço | 10 664 | 20 340 |

As taxas de remuneração destes títulos à data do balanço oscilam nos seguintes intervalos:

| | <u>31-12-2011</u> | <u>31-12-2010</u> |
|-----------------------------------|----------------------|-----------------------------|
| Títulos de rendimento fixo | <u>3,35% / 5,45%</u> | <u>3,2% / 3,35% / 5,45%</u> |

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 os montantes ainda não imputados a resultados respeitantes a activos financeiros disponíveis para venda, são como segue:

| | <u>31-12-2011</u> | <u>31-12-2010</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Títulos adquiridos por valor (inferior) | | |
| superior ao seu valor de reembolso | <u>910</u> | <u>3</u> |

NOTA 13 – APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O valor desta rubrica é composto por:

| | <u>31-12-2011</u> | <u>31-12-2010</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Em instituições de crédito no país | | |
| Aplicações de tesouraria | 134 000 | 0 |
| Juros a receber das aplicações de tesouraria | <u>1 089</u> | <u>0</u> |
| | <u>135 089</u> | <u>0</u> |

O montante de Aplicações em instituições de crédito no país refere-se às aplicações de tesouraria no BES Investimento, sendo a taxa de remuneração de 4%.

Em 31 de Dezembro de 2011, o escalonamento das aplicações em instituições de crédito por prazos de vencimento, é como segue:

| | <u>31-12-2011</u> | <u>31-12-2010</u> |
|-----------------------|-------------------|-------------------|
| Até três meses | <u>135 089</u> | <u>0</u> |
| | <u>135 089</u> | <u>0</u> |

NOTA 14 – OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

| | <u>31-12-2011</u> | <u>31-12-2010</u> |
|--|----------------------|----------------------|
| Outros activos tangíveis | | |
| Imóveis | | |
| Obras em imóveis arrendados | 14 487 | 14 487 |
| Equipamento | | |
| Equipamento informático | 176 071 | 172 851 |
| Instalações interiores | 16 758 | 16 758 |
| Mobiliário e material | 22 486 | 22 486 |
| Máquinas e ferramentas | 12 095 | 12 095 |
| Equipamento de segurança | 2 006 | 2 006 |
| Material de transporte | 50 800 | 64 510 |
| | <u>280 216</u> | <u>290 706</u> |
| | <u>294 703</u> | <u>305 193</u> |
| Amortizações acumuladas | | |
| De obras em imóveis arrendados | (13 651) | (12 398) |
| De equipamento | (264 367) | (254 560) |
| | <u>(278 018)</u> | <u>(266 958)</u> |
| Total dos outros activos tangíveis líquidos de amortizações | <u><u>16 685</u></u> | <u><u>38 235</u></u> |

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, o movimento nesta rubrica foi o seguinte:

| | Imóveis | Equipamento | Total |
|--|-------------------|----------------------|----------------------|
| Custo de aquisição | | | |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2010 | 14 487 | 290 706 | 305 193 |
| Adições | - | 3 220 | 3 220 |
| Abates / vendas | - | (13 710) | (13 710) |
| Transferências | - | - | - |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2011 | <u>14 487</u> | <u>280 216</u> | <u>294 703</u> |
| Amortizações | | | |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2010 | (12 398) | (254 560) | (266 958) |
| Amortizações do exercício | (1 253) | (13 520) | (14 773) |
| Abates / vendas | - | 3 713 | 3 713 |
| Transferências | - | - | - |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2011 | <u>(13 651)</u> | <u>(264 367)</u> | <u>(278 018)</u> |
| Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2011 | <u><u>836</u></u> | <u><u>15 849</u></u> | <u><u>16 685</u></u> |

NOTA 15 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

| | <u>31-12-2011</u> | <u>31-12-2010</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Activos intangíveis | | |
| Adquiridos a terceiros | | |
| Sistemas de tratamento informático de dados | 137 049 | 137 049 |
| Despesas de investigação e desenvolvimento | 0 | 4 691 |
| | <u>137 049</u> | <u>141 740</u> |
| Imobilizado em curso | | |
| Sistemas de tratamento informático de dados | 0 | 0 |
| | <u>137 049</u> | <u>141 740</u> |
| Amortizações acumuladas | <u>(136 065)</u> | <u>(139 900)</u> |
| Total dos activos intangíveis | | |
| líquidos de amortizações | <u>984</u> | <u>1 840</u> |

No exercício de 2011 os custos incorridos com a concepção e implementação de um site corporativo na internet, totalmente amortizados, foram abatidos à respectiva rubrica de balanço.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, o movimento nesta rubrica foi o seguinte:

| | Sistema de tratamento automático de dados | Despesas de constituição | Outras imobilizações | Total |
|--|--|-----------------------------|-------------------------|-------------------|
| Custo de aquisição | | | | |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2010 | 137 049 | - | 4 691 | 141 740 |
| Adições | - | - | - | - |
| Abates | - | - | (4 691) | (4 691) |
| Imobilizado em curso | - | - | - | - |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2011 | <u>137 049</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>137 049</u> |
| Amortizações | | | | |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2010 | (135 209) | - | (4 691) | (139 900) |
| Amortizações do exercício | (856) | - | - | (856) |
| Abates | - | - | 4 691 | 4 691 |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2011 | <u>(136 065)</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(136 065)</u> |
| Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2011 | <u>984</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>984</u> |

NOTA 16 – ACTIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Esta rubrica é analisada como segue:

| | <u>31-12-2011</u> | <u>31-12-2010</u> |
|---------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Activos por impostos correntes | | |
| Pagamentos especiais por conta | | |
| 2008 | 4 793 | 4 793 |
| 2010 | 1 878 | 1 878 |
| 2011 | 2 350 | 0 |
| | <u>9 021</u> | <u>6 671</u> |
| | <u>9 021</u> | <u>6 671</u> |

NOTA 17 - OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica é analisada como segue:

| | <u>31-12-2011</u> | <u>31-12-2010</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Outras disponibilidades | <u>250</u> | <u>250</u> |
| Devedores diversos | <u>2 449</u> | <u>1 478</u> |
| Rendimentos a receber | | |
| Juros de obrigações do tesouro | <u>94</u> | <u>321</u> |
| Despesas com encargo diferido | | |
| Seguros | 12 752 | 14 089 |
| Outras | <u>2 369</u> | <u>5 005</u> |
| | <u>15 121</u> | <u>19 094</u> |
| Responsabilidades com pensões e outros benefícios | | |
| Responsabilidades totais | 11 507 | 10 661 |
| Desvios actuariais incluídos no corredor | <u>0</u> | <u>0</u> |
| | <u>11 507</u> | <u>10 661</u> |
| Operações a regularizar | | |
| Operações de bolsa a regularizar | 697 673 | 753 809 |
| Operações fora de bolsa a regularizar | 103 717 | 65 675 |
| Operações cambiais à vista a liquidar | 0 | 0 |
| Outras | <u>58 090</u> | <u>59 127</u> |
| | <u>859 480</u> | <u>878 611</u> |
| | <u>888 901</u> | <u>910 415</u> |

A rubrica de devedores diversos inclui essencialmente valores em dívida por operações realizadas por conta de clientes e ainda não regularizadas por estes. Estas regularizações ocorrem, na generalidade dos casos, num curto prazo.

O saldo devedor da rubrica das responsabilidades totais com pensões resultou da exclusão de um participante do universo do plano de pensões da Sociedade, explicado pela alteração da definição de “participante” ocorrida em 30 de Outubro de 2009.

As rubricas de operações de bolsa e fora de bolsa a regularizar do activo e do passivo (ver Nota 21), em 31 de Dezembro de 2011, evidenciam o saldo líquido das ordens de venda e compra em bolsa efectuadas por conta de clientes nos últimos dias úteis de Dezembro, e que aguardam a respectiva liquidação financeira no início de Janeiro de 2012, de acordo com o período que vigora nos mercados onde os títulos são transaccionados.

NOTA 18 – RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

O saldo desta rubrica é composto quanto à sua natureza, como segue:

| | <u>31-12-2011</u> | <u>31-12-2010</u> |
|----------------------|-------------------|-------------------|
| A prazo | | |
| Recursos de clientes | <u>5 970</u> | <u>20 665</u> |
| | <u>5 970</u> | <u>20 665</u> |

Esta rubrica reflecte valores de clientes, que não se encontram disponíveis, de forma a garantirem as operações de compra dos títulos que os mesmos clientes apresentam a descoberto, em consequência de operações de *short-selling*.

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é o seguinte:

| | <u>31-12-2011</u> | <u>31-12-2010</u> |
|-------------------------|-------------------|-------------------|
| Exigível a prazo | | |
| Até três meses | <u>5 970</u> | <u>20 665</u> |
| | <u>5 970</u> | <u>20 665</u> |

NOTA 19 – PROVISÕES

O movimento verificado nas rubricas de provisões, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, foi o seguinte:

| | <u>Saldo em</u> <u>31-12-2010</u> | <u>Movimentos no exercício</u> | | | <u>Saldo em</u> <u>31-12-2011</u> | |
|---------------------------------|--------------------------------------|-----------------------------------|-----------------|--------------------|--------------------------------------|--|
| | | <u>Transfe-</u> <u>rências</u> | <u>Reforços</u> | <u>Utilizações</u> | | <u>Reposições/</u> <u>Anulações</u> |
| Provisões para | | | | | | |
| Riscos gerais de crédito | 15 | 0 | 1 268 | 0 | (1 259) | 24 |
| | <u>15</u> | <u>0</u> | <u>1 268</u> | <u>0</u> | <u>(1 259)</u> | <u>24</u> |

NOTA 20 – PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Esta rubrica é analisada como segue:

| | <u>31-12-2011</u> | <u>31-12-2010</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Passivos por impostos correntes | | |
| IRC a pagar 2011 (ver Nota 27) | <u>5 967</u> | <u>7 309</u> |

NOTA 21 –OUTROS PASSIVOS

A rubrica de outros passivos decompõe-se como segue:

| | <u>31-12-2011</u> | <u>31-12-2010</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Responsabilidades com pensões e outros benefícios | | |
| Desvios actuariais incluídos no corredor | 8 686 | 8 748 |
| Desvios actuariais excesso face ao corredor | 0 | 0 |
| | <u>8 686</u> | <u>8 748</u> |
| Credores e outros recursos | | |
| Credores por operações sobre valores mobiliários | 2 687 678 | 2 071 225 |
| Outros impostos a entregar ao Estado | 8 894 | 9 540 |
| Contribuições para a Segurança Social | 4 770 | 6 057 |
| Credores por fornecimento de bens | 27 490 | 33 304 |
| Outros credores | 1 063 | 1 235 |
| | <u>2 729 895</u> | <u>2 121 361</u> |
| Encargos a pagar | | |
| Encargos com férias e subsídio de férias | 36 704 | 40 993 |
| Outros | 9 599 | 8 431 |
| | <u>46 303</u> | <u>49 424</u> |
| Operações a regularizar | | |
| Operações de bolsa a regularizar | 695 687 | 751 550 |
| Operações fora de bolsa a regularizar | 103 561 | 65 675 |
| Operações cambiais à vista a liquidar | 0 | 0 |
| | <u>799 248</u> | <u>817 225</u> |
| | <u>3 584 132</u> | <u>2 996 758</u> |

A rubrica de credores por operações sobre valores mobiliários inclui os saldos positivos das contas correntes com clientes, cuja contrapartida se reflecte, entre outras, na rubrica de disponibilidades em outras instituições de crédito, no país e no estrangeiro (ver Nota 11).

As rubricas de operações de bolsa a regularizar do activo (ver Nota 17) e do passivo, em 31 de Dezembro de 2011, evidenciam o saldo líquido das ordens de venda e compra em bolsa efectuadas por conta de clientes nos últimos dias úteis de Dezembro, e que aguardam a respectiva liquidação financeira no início de Janeiro de 2012, de acordo com o período que vigora nos mercados onde os títulos são transaccionados.

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2 g), os ganhos e perdas actuariais com pensões até ao limite do corredor encontram-se registados na rubrica de desvios actuariais.

NOTA 22 – CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2011, o capital social da LP Corretora no valor de 1.000.000 euros, encontrava-se representado por 200.000 acções, com um valor nominal de 5 euros cada, integralmente subscritas e realizadas por diferentes accionistas.

NOTA 23 – RESERVAS DE REAVALIAÇÃO, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

O movimento verificado nas contas de reservas e de resultados transitados, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, foi o seguinte:

| | <u>Saldo em</u> <u>31-12-2010</u> | <u>Aumento</u> | <u>Reduções</u> | <u>Transfe-</u> <u>rências</u> | <u>Saldo em</u> <u>31-12-2011</u> |
|---|--------------------------------------|----------------------|------------------------|-----------------------------------|--------------------------------------|
| Reservas de reavaliação | | | | | |
| Reservas de justo valor | (1 167) | 0 | (2 260) | 0 | (3 427) |
| r/ activos financeiros disponíveis para venda | | | | | |
| Outras reservas e resultados transitados | | | | | |
| Reserva legal | 82 244 | 0 | 0 | 0 | 82 244 |
| Resultados transitados | <u>(383 468)</u> | <u>0</u> | <u>0</u> | <u>(168 697)</u> | <u>(552 165)</u> |
| | <u>(301 224)</u> | <u>0</u> | <u>0</u> | <u>(168 697)</u> | <u>(469 921)</u> |
| Resultado do exercício | | | | | |
| 2010 | (168 697) | 0 | 0 | 168 697 | 0 |
| 2011 | <u>0</u> | <u>25 848</u> | <u>0</u> | <u>0</u> | <u>25 848</u> |
| Total | <u><u>(471 088)</u></u> | <u><u>25 848</u></u> | <u><u>(2 260)</u></u> | <u><u>0</u></u> | <u><u>(447 500)</u></u> |

I) Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação correspondem às variações acumuladas do valor de mercado dos instrumentos financeiros detidos para venda em conformidade com a política contabilística descrita na nota 2.2.d).

II) Reserva legal

Nos termos da legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (Artigo 97º do Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro), a Sociedade deverá reforçar anualmente a reserva legal com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social. A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

III) Resultados transitados

Da aplicação dos resultados da Sociedade referente ao exercício de 2010, resultou a transferência de Eur (168.697) para resultados transitados.

NOTA 24 - RUBRICAS EXTRA PATRIMONIAIS

Os saldos das rubricas extra patrimoniais são compostos quanto à sua natureza, como segue:

i) Passivos eventuais

| | <u>31-12-2011</u> | <u>31-12-2010</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Garantias prestadas e outros passivos eventuais | | |
| Activos dados em garantia (i) | 10 664 | 20 340 |
| (i) Valor de mercado | | |

A rubrica de Passivos eventuais – Activos dados em garantia corresponde a títulos que, tal como referido na Nota 2 c), são adquiridos pela Sociedade para serem entregues em garantia ao Sistema de Indemnização aos Investidores (SII), ao abrigo do regulamento da CMVM nº 2/2000.

ii) Compromissos assumidos para com terceiros e por terceiros

| | <u>31-12-2011</u> | <u>31-12-2010</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Compromissos perante terceiros | | |
| Sistema de indemnização aos investidores (i) | 10 664 | 20 340 |
| (i) Valor de mercado | | |

| | <u>31-12-2011</u> | <u>31-12-2010</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Responsabilidades por prestação de serviços | | |
| De depósito e guarda de valores (ii) | 8 217 681 | 15 765 878 |
| Gestão de carteiras de activos | | |
| Títulos em carteira (iii) | 5 092 377 | 6 717 449 |
| Operações a aguardar liquidação | 152 832 | (12 928) |
| Liquidez | 1 672 368 | 1 475 363 |
| | <u>6 917 577</u> | <u>8 179 884</u> |
| | <u>15 135 258</u> | <u>23 945 762</u> |

| | | |
|---|-----------|------------|
| Serviços prestados por terceiros | | |
| Por depósito e guarda de valores (i) | 8 222 730 | 15 780 604 |

(i) Valor de mercado (ii) Valor de mercado (ver Nota 2 k) (iii) Valor de mercado (ver Nota 2 l)

O saldo da rubrica responsabilidade por prestação de serviços - depósito e guarda de valores corresponde ao valor de mercado, ou na sua ausência o valor nominal, dos títulos entregues por clientes à guarda da LP Corretora.

Estes títulos estão igualmente apresentados na rubrica de serviços prestados por terceiros – depósito e guarda de valores, em conjunto com os títulos da Sociedade, representando a entrega a outras entidades especializadas na guarda de valores, nomeadamente o BCP, o BES Investimento, o *Deutsche Bank Frankfurt* e a *Lek Securities*.

A rubrica gestão de carteiras de activos regista os valores mobiliários entregues à gestão da Sociedade, e encontram-se ao respectivo valor de mercado.

NOTA 25 – ACTIVOS E PASSIVOS REPRESENTADOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Esta rubrica é analisada como segue:

| | 31-12-2011 | | | 31-12-2010 | | | |
|--|------------------|---------------|------------------|-----------------|----------------|--------------|------------------|
| | Dólares Norte | Libras | Total | Dólares Norte | Libras | Coroa | Total |
| | Americanos | Esterlinas | | Americanos | Esterlinas | Dinamarquesa | |
| Activo | | | | | | | |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 717 395 | 69 544 | 786 939 | 703 582 | 91 458 | 2 868 | 797 908 |
| Outros activos | 352 277 | 0 | 352 277 | 156 269 | 67 878 | 0 | 224 147 |
| Total do Activo (Euros) | 1 069 672 | 69 544 | 1 139 216 | 859 851 | 159 336 | 2 868 | 1 022 055 |
| Passivo | | | | | | | |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | 5 970 | 0 | 5 970 | 20 665 | 0 | 0 | 20 665 |
| Outros passivos | 1 073 622 | 69 184 | 1 142 806 | 846 242 | 157 947 | 2 862 | 1 007 051 |
| Total do Passivo (Euros) | 1 079 592 | 69 184 | 1 148 776 | 866 907 | 157 947 | 2 862 | 1 027 716 |
| Total Activo/(Passivo) Líquido (Euros) | (9 920) | 360 | (9 560) | (7 056) | 1 389 | 6 | (5 661) |
| Posição cambial à vista | (9 920) | 360 | (9 560) | (7 056) | 1 389 | 6 | (5 661) |

NOTA 26– SEGMENTAÇÃO POR MERCADOS GEOGRÁFICOS E POR LINHAS DE NEGÓCIOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, os elementos da demonstração de resultados e do balanço da Sociedade, ventilados por linhas de negócios e por mercados geográficos, apresentam-se distribuídos da seguinte forma:

| | <u>31-12-2011</u> | <u>31-12-2010</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| | <u>Corretagem</u> | <u>Corretagem</u> |
| | <u>(retalho)</u> | <u>(retalho)</u> |
| Portugal | | |
| Elementos da demonstração de resultados | | |
| Juros e rendimentos similares | 11 297 | 3 594 |
| Juros e encargos similares | (2 227) | (4 432) |
| Rendimentos de serviços e comissões | 920 084 | 775 218 |
| Encargos com serviços e comissões | (158 410) | (154 587) |
| Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido) | 94 | 24 |
| Resultados de reavaliação cambial (líquido) | 3 358 | (4 220) |
| Outros resultados de exploração | (46 877) | (42 373) |
| Custos com pessoal | (293 748) | (303 277) |
| Outros gastos administrativos | (383 995) | (409 484) |
| Amortizações do exercício | (15 630) | (21 116) |
| Provisões líquidas de reposições e anulações | (10) | 6 |
| Impostos correntes | (8 088) | (8 050) |
| Resultado líquido do exercício | <u>25 848</u> | <u>(168 697)</u> |
| Portugal | | |
| Elementos do balanço | | |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | 5 970 | 20 665 |
| Outros passivos | 3 584 132 | 2 996 758 |
| Activo líquido total | <u>4 148 593</u> | <u>3 553 659</u> |

NOTA 27 – IMPOSTOS

A LP Corretora está sujeita à tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC) e à correspondente Derrama. O cálculo do imposto corrente dos exercícios de 2011 e 2010 foi apurado pela LP Corretora com base numa taxa nominal de 12,5% até um valor de colecta de Eur 12.500 e uma taxa nominal de 25% para um diferencial acima do limite indicado. Ao valor de IRC apurado acresce uma taxa de Derrama Municipal de 1,5%.

A Sociedade decidiu não calcular impostos diferidos activos sobre os prejuízos fiscais acumulados, porque com base na actual conjuntura económica, torna-se bastante difícil criar expectativas para que existam lucros tributáveis capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Sociedade durante um período de quatro anos, podendo por isso resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios ainda sujeitos a possível revisão. No entanto, é convicção da Administração da LP Corretora, que não ocorrerá qualquer liquidação adicional, de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras, relativamente aos exercícios passíveis de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais.

A reconciliação entre o lucro contabilístico e o lucro tributável, a estimativa de impostos sobre os lucros e o imposto sobre o rendimento a pagar, com referência a 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, analisa-se como segue:

| | <u>31-12-2011</u> | <u>31-12-2010</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Lucro contabilístico antes de impostos | 33 935 | (160 647) |
| Provisões não dedutíveis | 10 | (6) |
| Amortizações excessivas | 0 | 0 |
| Multas de natureza fiscal | 45 | 344 |
| Seguro Grupo Saúde | 12 298 | 16 109 |
| Mais valias fiscais | 0 | 0 |
| Mais valias contabilísticas | 0 | 0 |
| Majoração donativos | 0 | (75) |
| Lucro tributável | <u>46 288</u> | <u>(144 275)</u> |
| Prejuízos fiscais 2008 | <u>(46 288)</u> | <u>0</u> |
| Matéria colectável | <u>0</u> | <u>0</u> |
| Estimativa de imposto sobre lucros | 0 | 0 |
| Derrama municipal (i) | 694 | 0 |
| Tributações autónomas | <u>7 394</u> | <u>8 050</u> |
| Imposto sobre o lucro do exercício | 8 088 | 8 050 |
| Estimativa de impostos sobre lucros registada em custos | <u>8 088</u> | <u>8 050</u> |
| Taxa efectiva de imposto | n.a. | n.a. |
| Pagamentos especiais por conta | 0 | 0 |
| Pagamentos por conta efectuados no exercício | 0 | 0 |
| Retenções na fonte | <u>(2 121)</u> | <u>(741)</u> |
| Impostos sobre lucros a (receber) pagar (ver Notas 16 e 20) | <u>5 967</u> | <u>7 309</u> |

(i) Este valor corresponde a 1,5% do Lucro Tributável.



LUSO PARTNERS – Sociedade Corretora, S.A.

RELATÓRIO E PARECER

DO

FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Accionistas

- 1 - Cumprindo as disposições legais e estatutárias, apresentamos o nosso relatório sobre a acção fiscalizadora por nós exercida no decorrer do exercício de 2011, bem como o nosso parecer sobre o Relatório, o Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa, a Demonstração de alterações no capital próprio, o Inventário de títulos e as respectivas notas anexas, relativos àquele exercício, elementos estes submetidos à nossa apreciação pelo Conselho de Administração de **“Luso Partners – Sociedade Corretora, S.A.”**.
- 2 - No ano anterior efectuámos a revisão das demonstrações financeiras e elaborámos o respectivo relatório, parecer e certificação legal das contas.
- 3 - Acompanhámos a gestão da “Luso Partners”, nas suas deliberações mais relevantes e reunimos, com frequência, com o Conselho de Administração que nos manteve informados sobre as diferentes políticas seguidas para o desenvolvimento da sociedade corretora.
- 4 - Para se obter um conhecimento adequado do trabalho desenvolvido na sociedade, importa referir que:
 - 4.1 - A análise às contas foi efectuada de acordo com as normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária para o efeito.



- 4.2 - Verificámos que as demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos processados em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) tal como definidas pelo Banco de Portugal, as quais incluem os requisitos determinados pelas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).
- 4.3 - Analisámos os livros e os registos contabilísticos, assim como os documentos que lhes servem de suporte e constámos a aplicação correcta da Lei e dos Estatutos.
- 4.4 - De igual modo, efectuámos exames necessários ao controle dos valores patrimoniais, através de procedimentos de revisão de contas geralmente aceites como adequados.
- 4.5 - Os principais critérios contabilísticos e valorimétricos adoptados nas operações patrimoniais, estão descritos no nº 2.2 das notas anexas na rubrica políticas contabilísticas, foram correctamente aplicados de um modo consistente e uniforme em relação ao exercício anterior.
- 4.6 - As contas de outros activos e outros passivos englobam fundamentalmente as operações de bolsa a regularizar e evidenciam o saldo líquido das ordens de vendas (859.480 euros) e compras (799.248 euros), efectuadas por conta dos clientes nos últimos dias de 2011 e que aguardam a respectiva liquidação financeira no início de 2012.
Confrontar com as notas 17 e 21 do anexo às contas.
- 4.7 - O valor das disponibilidades em outras instituições de crédito engloba depósitos à ordem em várias instituições de crédito, quer no país quer no estrangeiro, os quais foram objecto de uma adequada revisão analítica.
- 5 - O relatório do Conselho de Administração menciona os factos administrativos mais significativos, complementa as contas e contém referências aos negócios sociais, esclarecendo adequadamente a gestão do exercício.
- 6 - Em resultado do exame das contas, em nossa opinião, as demonstrações financeiras quando lidas em conjunto com as notas em anexo, reproduzem os elementos patrimoniais, os registos contabilísticos e os documentos de suporte. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas tal como definidas pelo Banco de Portugal, pelo que representam de forma adequada a situação patrimonial e financeira da empresa à data de 31 de Dezembro de 2011 e os resultados líquidos do exercício findo naquela data.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de “**Luso Partners – Sociedade Corretora, S.A.**”, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 4.148.593 euros e um total de capital próprio de 552.500 euros, incluindo um resultado líquido de 25.848 euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa, a Demonstração de alterações no capital próprio e o Inventário de títulos do exercício findo naquela data e as correspondentes Notas explicativas.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor e adoptadas na União Europeia, com excepção das matérias definidas nos nºs 2º e 3º do Aviso nº 1/2005 e no nº 2º do Aviso nº 4/2005 do Banco de Portugal (“NCA’s”), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da “**LUSO PARTNERS – Sociedade Corretora, S.A.**”, o resultado das suas operações, as alterações nos capitais próprios e os fluxos de caixa;
 - b) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; e
 - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:



Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do pressuposto da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam, de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de "LUSO PARTNERS - Sociedade Corretora, S.A.", em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa e as alterações no capital próprio no exercício findo naquela data, de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas conforme definidas pelo Banco de Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 12 de Março de 2012

José Maria Ribeiro da Cunha

Em representação de:

"Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas -"